

# Livro Branco de Defesa Nacional



Assessoria de Planejamento Institucional

**ASPLAN**

*Maj Brig Ar Pompeu Brasil*

# Livro Branco de Defesa Nacional

- Surgiu no Reino Unido (White Paper).
- Documento oficial de governo, com a finalidade de expor uma nova política à sociedade.
- Também pode ser empregado por outras esferas do Governo, ou mesmo, por organizações, para divulgar informações sobre temas específicos.
- Documento público que permite acesso ao amplo contexto do cenário estratégico para o planejamento da Defesa Nacional.

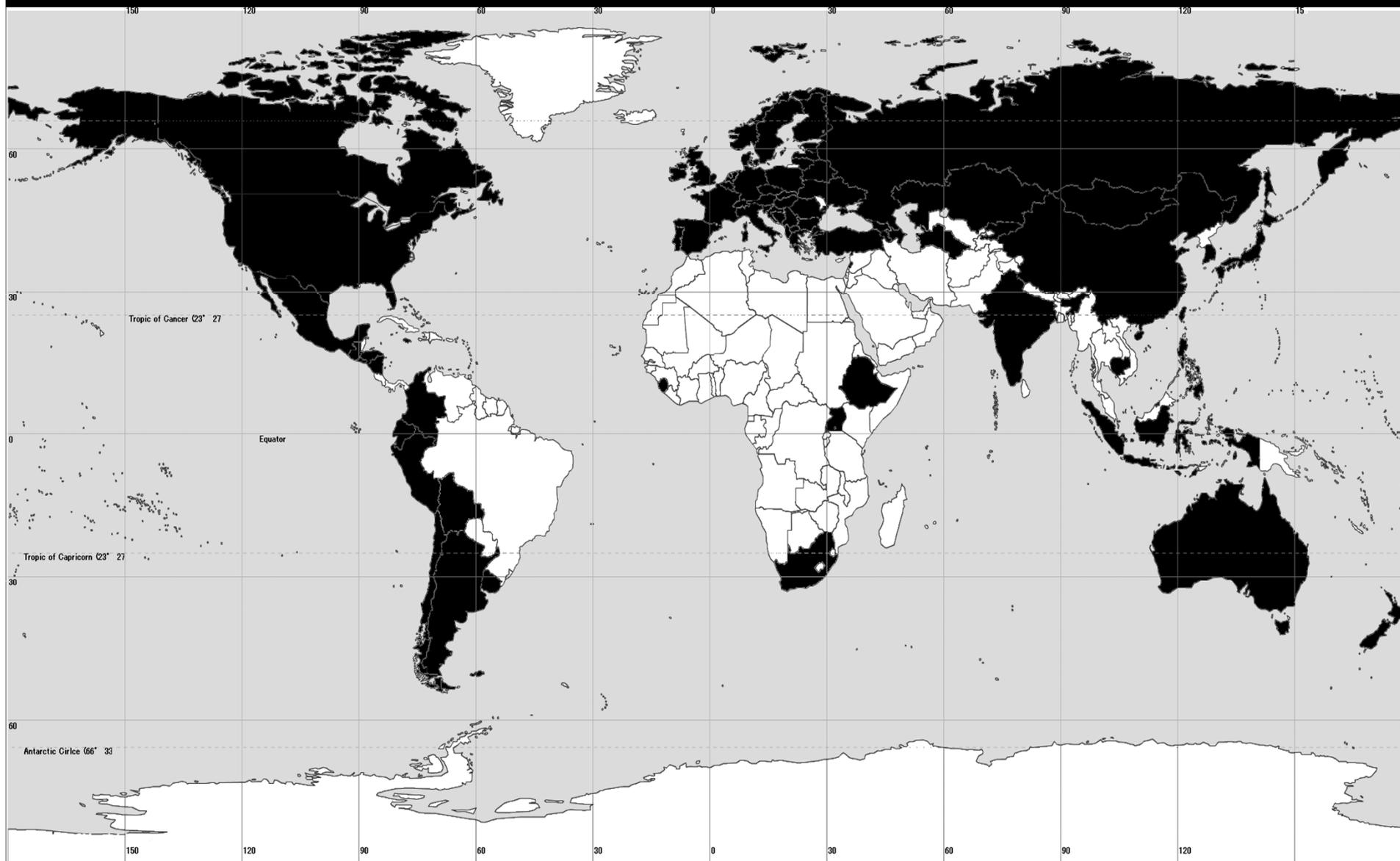
# Livro Branco de Defesa Nacional

Livro Branco no mundo



## ROTEIRO

1. A ASPLAN.
2. O SISPED.
3. O Livro Branco.
  - a. O que é.
  - b. Antecedentes.
  - c. Os trabalhos de redação.
  - d. A situação atual.



# Livro Branco de Defesa Nacional

## Pontos Fundamentais

- Propicia transparência e confiança entre Estados.
- Pode ser um elemento de dissuasão.
- Permite melhor conhecimento sobre a temática militar por parte da sociedade civil.
- Contribui para o incremento de sua participação nos assuntos de Defesa; e
- para a ampliação do conhecimento sobre as instituições militares por parte de seu próprio efetivo.
- Estimula a discussão sobre temas de Defesa no âmbito acadêmico, da administração federal e do Parlamento.

# Livro Branco de Defesa Nacional

## Pontos Fundamentais

- Pode servir como uma prestação de contas sobre a adequação da estrutura de Defesa aos objetivos estabelecidos pelo Poder Público, propiciando transparência à Política de Defesa.
- É de fundamental importância para a política, pois oferece a visão do Governo a respeito da Defesa.
- Demonstra à sociedade que Defesa Nacional é um assunto de Estado e não de Governo, sendo, pois, responsabilidade de todo brasileiro.
- Não contem informações que possam comprometer a Segurança Nacional.

# Livro Branco de Defesa Nacional

Eventos marcantes

- **FEV/2002:** MD estabelece GT para elaborar propostas de Livro Branco de Defesa.
- **NOV/2002:** Resolução 829 do Conselho Permanente da OEA insta Estados membros a implementar “Diretrizes para a Elaboração de Documentos sobre Políticas e Doutrinas Nacionais de Defesa (Livros Brancos)”.

*Programa de Medidas de Fomento  
de la Confianza y de la Seguridad*



Departamento de Asesoría en Defensa y Control de Armamento y Espacial

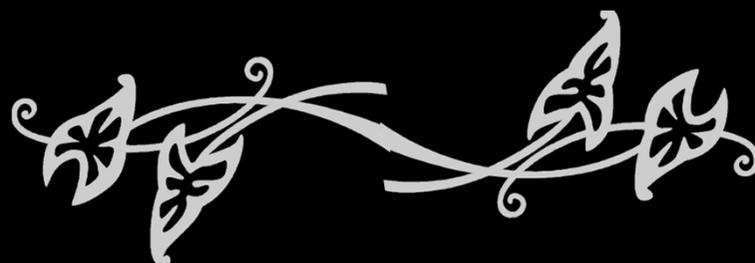
# Lineamientos Básicos para la Elaboración de Libros Blancos de Defensa



Centro Regional de las Naciones Unidas para la Paz,  
el Desarme y el Desarrollo en América Latina y el Caribe

## *Introdução:*

*"Os países das Américas identificaram a elaboração e o compartilhamento dos Livros Brancos de Defesa Nacional como um mecanismo útil para o fortalecimento da confiança, para a promoção da segurança no hemisfério."*



# Livro Branco de Defesa Nacional

## Antecedentes

- FEV/2002: MD estabelece GT para elaborar propostas de Livro Branco de Defesa.
- NOV/2002: Resolução 829 do Conselho Permanente da OEA insta Estados membros a implementar “Diretrizes para a Elaboração de Documentos sobre Políticas e Doutrinas Nacionais de Defesa (Livros Brancos)”.

“...a prática democrática da consulta seja adotada com a maior brevidade possível, para que o Brasil possa desenvolver o Livro Branco de Defesa Nacional...”

- **SET/2009**: Dep. Raul Jungmann apresenta Requerimento de Indicação nº 5.336, enviado pela Câmara à PR, sugerindo ao MD desenvolver LBDN.

# Livro Branco de Defesa Nacional

## Antecedentes

- **NOV/2009:** Dep. Raul Jungmann apresenta PLP 547/2009, que propõe nova redação à LC 97/1999, atribuindo competência ao MD para a implantação do LBDN.
- **MAR/2010:** Câmara aprova PLP 543/2010 (com base no PLP 547/2009).
- **AGO/2010:** Sancionada LC 136, que altera LC 97, determinando a elaboração do LBDN.



# Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

## LEI COMPLEMENTAR Nº 136, DE 25 DE AGOSTO DE 2010

Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os arts. 2º, 4º, 7º, 9º, 11, 12, 15 e 18 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

“**Art. 9º** O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.

§ 1º Ao Ministro de Estado da Defesa compete a implantação do Livro Branco de Defesa Nacional, documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia de Defesa Nacional, em perspectiva de médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor.

§ 2º O Livro Branco de Defesa Nacional deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas, abordando os seguintes tópicos:

- I - cenário estratégico para o século XXI;
- II - política nacional de defesa;
- III - estratégia nacional de defesa;
- IV - modernização das Forças Armadas;
- V - racionalização e adaptação das estruturas de defesa;
- VI - suporte econômico da defesa nacional;
- VII - as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica;
- VIII - operações de paz e ajuda humanitária.

§ 3º O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:

- I - a Política de Defesa Nacional;
- II - a Estratégia Nacional de Defesa;
- III - o Livro Branco de Defesa Nacional.” (NR)

# Livro Branco de Defesa Nacional

## Antecedentes

- NOV/2009: Dep. Raul Jungmann apresenta PLP 547, que propõe nova redação à LC 97/1999, atribuindo competência ao MD para a implantação do LBDN.
- MAR/2010: Câmara aprova PLP 543 (com base no PLP 547/2009).
- AGO/2010: Sancionada LC 136, que altera LC 97, determinando a elaboração do LBDN.
- **FEV/2011**: Decreto 7.438 determina a estruturação do LBDN, estabelecendo princípios e diretrizes, e institui GT Interministerial para elaborar estudo para a sua confecção.



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 7.438, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011.**

Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional, institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar estudos sobre temas pertinentes àquele Livro, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999,

**DECRETA:**

Art. 1º O Livro Branco de Defesa Nacional é documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia Nacional de Defesa, em perspectiva de médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor.

Art. 2º O Livro Branco de Defesa Nacional deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas e modelo a ser sugerido a partir dos parâmetros definidos na [Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999](#).

Art. 3º A elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional ficará sob a presidência do Ministério da Defesa, observados os seguintes princípios e diretrizes:

I - incentivo a pesquisas que permitam estudo sobre temas pertinentes ao Livro Branco de Defesa Nacional;

II - realização de parcerias com instituições públicas e privadas para aprimorar e viabilizar os projetos referentes ao Livro Branco de Defesa Nacional; e

III - ação governamental integrada, sob a coordenação do Ministério da Defesa, com a participação de órgãos do governo com atribuições nas áreas temáticas que serão abordadas no Livro Branco de Defesa Nacional.

Art. 4º Fica instituído o Grupo de Trabalho Interministerial do Livro Branco de Defesa Nacional, de caráter temporário, cujas reuniões deverão se realizar ordinariamente, a cada trimestre, e extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação pelo Ministério da Defesa.

Art. 5º O Grupo de Trabalho Interministerial será integrado por um representante, titular e suplente, de cada órgão a seguir indicado:

I - Ministério da Defesa, que o presidirá;

II - Ministério da Ciência e Tecnologia;

III - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Ministério da Integração Nacional;

VI - Ministério da Justiça;

VII - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VIII - Ministério das Relações Exteriores;

IX - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;

X - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e

XI - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 1º Os membros do Grupo de Trabalho Interministerial serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados em portaria do Ministro de Estado da Defesa.

§ 2º A presidência do Grupo de Trabalho Interministerial poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades da administração pública e da sociedade para participar de suas atividades.

§ 3º Os resultados dos trabalhos serão registrados em atas, que consolidarão as demandas de interesse geral aprovadas e servirão como referência para definição de temas e questões que deverão ser abordados no Livro Branco de Defesa Nacional.

Art. 6º O Ministro de Estado da Defesa decidirá sobre a realização de outras atividades relevantes para o desenvolvimento do Livro Branco de Defesa Nacional.

Art. 7º O Ministério de Estado da Defesa definirá o cronograma de atividades do Grupo de Trabalho Interministerial, observado o prazo a que se refere o [§ 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999](#).

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de fevereiro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF

*Nelson Jobim*

# Livro Branco de Defesa Nacional

Antecedentes

- **MAR/2011:** Portaria 494/MD dispõe sobre Diretriz 2/2011, para a elaboração do LBDN.

### 3.5 Parcerias Acadêmicas:

a) A ASPLAN/MD deverá firmar parcerias com revistas especializadas nas áreas de ciência política, economia, defesa e relações internacionais para a publicação de artigos sobre temas relacionados ao LBDN; e

b) A ASPLAN/MD deverá firmar parceria, em caráter ad hoc e no curto prazo, com instituições públicas ou privadas de ensino superior para participação e colaboração nas atividades de desenvolvimento do LBDN;

no Grupo de Trabalho:

a) Assessoria de Planejamento Institucional (ASPLAN), que o presidirá;

b) Assessoria de Comunicação Social (ASCOM);

c) Assessoria Parlamentar (ASPAR);

d) Escola Superior de Guerra (ESG);

e) Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA);

f) Secretaria de Coordenação e Organização Institucional (SEORI);

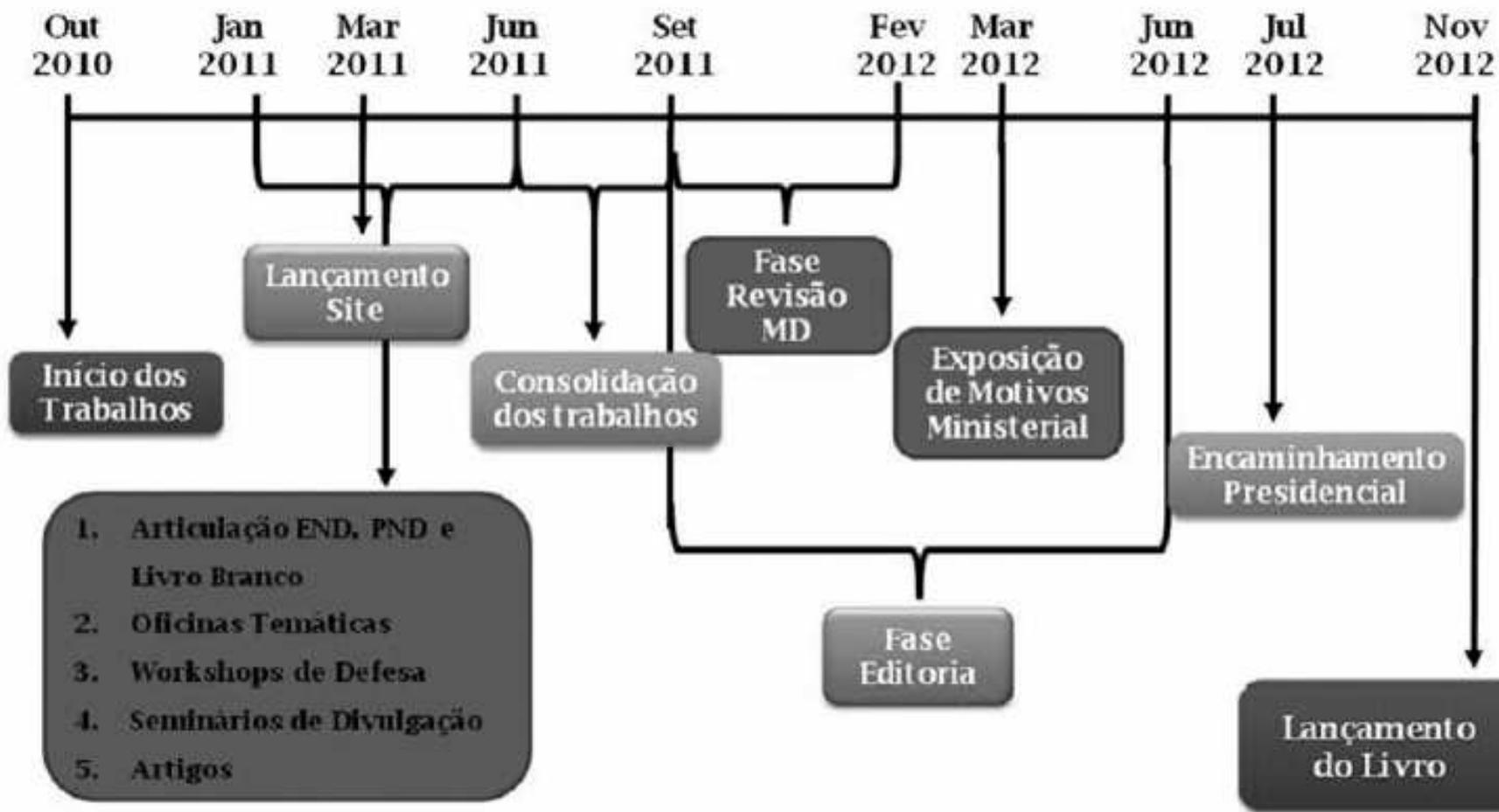
g) Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SE-PESD);

h) Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD);

i) Comandos das Forças Armadas; e

j) Outras Secretarias e Chefias do MD, convidadas pelo Chefe da ASPLAN;

## 5. CRONOGRAMA DE TRABALHO



Indicar dois oficiais para participar de cada oficina de trabalho temática, sendo um oficial dos respectivos cursos de Altos Estudos. As referidas oficinas funcionarão em sistema de rede, à distância, com reuniões presenciais a serem determinadas, com dosagem mínima mensal;

Apoiar a realização das oficinas de trabalho temáticas, com a cessão de duas salas em cada Escola (EGN e ECEME), com facilidades necessárias para o seu funcionamento. As reuniões presenciais serão realizadas conforme necessidade da Coordenação do LBDN. As datas serão informadas oportunamente;

Elaborar documentos para atender as demandas das oficinas de trabalho temáticas do LBDN; e

Participar da análise dos conteúdos produzidos pelas oficinas de trabalho temáticas;

j) Forças Armadas - Força Aérea Brasileira:  
Indicar um representante para compor o Grupo de Trabalho do Ministério da Defesa sobre o LBDN;

Indicar dois oficiais para participar de cada oficina de trabalho temática, sendo um oficial dos respectivos cursos de Altos Estudos. As referidas oficinas funcionarão em sistema de rede, à distância, com reuniões presenciais a serem determinadas, com dosagem mínima mensal;

Elaborar documentos para atender as demandas das oficinas de trabalho temáticas do LBDN; e

Participar da análise dos conteúdos produzidos pelas oficinas de trabalho temáticas.

Presidência do Exm<sup>o</sup> Sr. Juiz Vice-Almirante (RMI) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS;

As 13h00min, presentes os Exm<sup>os</sup> Srs. Juizes SERGIO CEZAR BOKEL, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, FERNANDO ALVES LADEIRAS, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regulamento Interno.

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS:**  
24.868/2010, 24.904/2010, 25.006/2010, 25.009/2010 e 25.010/2010 da Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Juíza Maria Cristina Padilha; e 23.343/2008 e 24.169/2009 do Exm<sup>o</sup> Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel.

**REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS:**  
N<sup>o</sup> 25.428/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo RB "COMANDANTE GUERREIRO II" com a balsa "TANAZA", ocorridos na baía do Marajó, nas proximidades de Barcarena, Pará, em 15 de dezembro de 2008.

Relator: Exm<sup>o</sup> Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exm<sup>o</sup> Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representados: H. F. de M. Mustafa - ME (Amador) e Annilson Teixeira de Castro (Comandante).

N<sup>o</sup> 25.516/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo as embarcações "PRAIA GRANDE" e "DURIKA V", ocorridos na praia de Itacuruçá, município de Mangaratiba, Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro de 2010.

DRECS - de Bandeira Cearense, no Terminal de Conteineres do Porto do Rio de Janeiro (TECON), ocorrido em 09 de janeiro de 2008.

Relator: Exm<sup>o</sup> Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exm<sup>o</sup> Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representado: Mohammad Shajhan Shiraj (Comandante) (Adv<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Alves Costa). Vista: Exm<sup>o</sup> Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no artigo 14, letra "a" (abaloamento), da Lei n<sup>o</sup> 2.180/54, como decorrente de provável erro de manobra do Prático, FERNANDO ALVARENGA DE MATOS, mas que, com seu óbito teve declarada extinta a sua punibilidade, e de imprudência do segundo representado, Mohammad Shajhan Shiraj indiano, Comandante do N.M. "ARCADIA HIGHWAY", acolhendo, em parte, os termos da Representação da Doutra Procuradoria e, com fulcro nos artigos 127, 128 e 139, inciso IV, letras "a" e "d", aplique a pena de Reclusão. Custas processuais na forma da Lei.

**CONTINUAÇÃO DA PAUTA DO DIA**  
N<sup>o</sup> 22.223/2006 - Acidente da navegação envolvendo o comboio formado pelo BM "FAZENDA NOVA ESPERANÇA" com a balsa "MISS JORGEA" e as embarcações "FAZENDA VARREVENTO" e "SAO PAULO", no rio Paraná do Ramos, município de Boa Vista do Ramos, Amazonas, ocorrido em 19 de dezembro de 2005.

Relatora: Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exm<sup>o</sup> Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representados: João Almeida Rodrigues Neto (Proprietário) (Adv. Dr. José Ricardo Xavier de Araújo) e Antônio José Feitosa Pereira (Comandante) - Revel. Decisão unânime: julgar procedente a Representação apresentada pela Doutra Procuradoria, fls. 237/240, para res-

# O Desenvolvimento dos Trabalhos

2011 e 2012

- **MAI/2011**: Contrato FGV para prover suporte acadêmico às atividades necessárias e à organização das Oficinas Temáticas e Workshops.
  - O Estado Brasileiro, Identidade e Defesa Nacional
  - O Ambiente Estratégico para o Século XXI
  - A Defesa e o Instrumento Militar
  - Defesa e Sociedade
  - A Transformação da Defesa
  - Economia da Defesa

# O Desenvolvimento dos Trabalhos

2011 e 2012

## → Oficinas Temáticas:

- Discussão e produção do texto base.
- 15 pessoas: Civis e militares convidados, representantes dos Ministérios, das FFAA, da ESG, do meio acadêmico, de setores ligados à Defesa e especialistas.
- 6 oficinas com duração de 3 meses.
- Reuniões presenciais e trabalhos em rede.
- Workshops através de Painéis apresentados por convidados, às reuniões presenciais.

# O Desenvolvimento dos Trabalhos

2011 e 2012

## → Seminários:

- Abertos: divulgação das questões relacionadas ao Livro Branco de Defesa Nacional.
- Público-alvo: professores, alunos de graduação e pós-graduação, mas, também, representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, empresários, políticos, profissionais liberais e militares.
- 6 eventos: Campo Grande (MS), Porto Alegre (RS), Manaus (AM), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) – internacional – e São Paulo.

# O Desenvolvimento dos Trabalhos

2011 e 2012

## → Outras atividades:

- Reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial.
- Reuniões do Grupo de Trabalho do MD.
- Salas de Edição (6): representantes do MD, integrantes da FGV e coordenadores das OT.
- Mesas Redondas: MD, MRE e FGV.
- Oficinas complementares, de curta duração, para temas específicos.
- Entrevistas com personalidades ligadas à Defesa.
- Concurso de trabalhos sobre temas associados.
- Site para divulgação.



## LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

FAQ

Contato

Oficinas Temáticas

Workshop de Defesa

Seminários

Grupo de Trabalho  
Interministerial

Indústria de Defesa

Orçamento de Defesa

Legislação de Defesa

Países com Livro Branco

Sites de Interesse

Notícias sobre o Livro Branco



# O Desenvolvimento dos Trabalhos

2011 e 2012

- **JUN/2012:** Analisado pelo MD, foi encaminhado à PR.
- **JUL/2012:** Enviado à apreciação do Congresso Nacional.
- **DEZ/2012:** Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência (CCAI) enviou PDL para aprovação pelo Senado Federal e Câmara dos Deputados (2 turnos).
- **20/MAR/2013:** Aprovado no Plenário do Senado.

# Livro Branco de Defesa Nacional

2013

- Serão produzidos 5.500 livros:
  - 3.000 em português em brochura, com CD;
  - 1.500 em português em versão luxo, com CD;
  - 500 em espanhol; e
  - 500 em inglês.



# LIVRO BRANCO de Defesa Nacional

Brasil — 2012

## Mensagem da Presidenta da República do Brasil

É com satisfação que meu Governo apresenta à sociedade brasileira o *Livro Branco de Defesa Nacional*, marco de transparência nos assuntos de defesa, por meio do qual nossas cidadãs e nossos cidadãos poderão conhecer as ações do Estado nessa área, bem como os desafios do País para aprimorar sua Defesa nas próximas décadas.

O engajamento civil é indispensável para a construção de um Brasil soberano e democrático. O *Livro Branco de Defesa Nacional* amplia o acompanhamento dos temas militares pelo conjunto da sociedade, ao apresentar as potencialidades e as necessidades de nossa Defesa ao debate público.

A publicação deste Livro é mais um passo no processo de consolidação da liderança civil e do pleno conhecimento dos assuntos da Defesa pela sociedade. Ele se soma à criação do Ministério da Defesa e, mais recentemente, à instituição do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, como órgão a ele subordinado, como importantes momentos de avanços institucionais na área de Defesa. O *Livro Branco de Defesa Nacional* é mais um fruto da evolução democrática do Brasil.

A elevação da estatura internacional do Brasil no século XXI já é uma realidade. Um Brasil plenamente desenvolvido e com presença externa cada vez maior necessitará de adequada capacidade militar dissuasória. Empenhado na construção de uma ordem global mais pacífica e próspera, o Brasil não pode descuidar da Defesa.

O Brasil comprovou, na última década, que crescimento e inclusão social devem se reforçar mutuamente. Devemos proteger nossas grandes riquezas que, além de indústrias, agricultura, minérios

ou pré-sal, são compostas pelos milhões de brasileiros que têm o poder de nos transformar em uma grande nação.

Por todas essas razões, a Defesa estará cada vez mais presente na agenda nacional. O *Livro Branco de Defesa Nacional* é um convite à reflexão e ao diálogo. Sua leitura indicará, sobretudo, que Defesa e Democracia formam um

círculo virtuoso no novo Brasil que estamos construindo. Ao possibilitar um acompanhamento amplo e minucioso da Política de Defesa pela população, esta iniciativa contribui para o amadurecimento da reflexão pública sobre o papel indispensável da Defesa no Brasil do presente e do futuro.



Dilma Rousseff

## Apresentação do Ministro da Defesa

A Lei Complementar 97/1999, modificada pela Lei Complementar 136/2010, estabeleceu, em seu Artigo 9º, parágrafo. 3º, a obrigatoriedade de o Poder Executivo apresentar ao Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária de 2012, a primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional.

O Livro Branco de Defesa Nacional soma-se à Estratégia Nacional de Defesa e à Política Nacional de Defesa como documento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil.

A expectativa é que o Livro venha a ser um estímulo à discussão sobre a temática de defesa no âmbito do Parlamento, da burocracia federal, da academia, e da sociedade brasileira em geral. Servirá, igualmente, de mecanismo de prestação de contas à sociedade sobre a adequação da estrutura de defesa hoje existente aos objetivos traçados pelo poder público.

As Forças Armadas possuem capacidade de projetar poder militar além das fronteiras. Essa possibilidade, por si só, é passível de gerar insegurança em Nações vizinhas. A ampla divulgação do Livro Branco de Defesa Nacional e a maneira clara com que seus capítulos procuraram expressar os objetivos de defesa do Estado brasileiro constituem medidas de construção de confiança mútua. Ao compartilhar as percepções e interesses nacionais no campo da defesa, o Brasil busca assegurar a compreensão das motivações e finalidades do instrumento militar.

A História registra numerosos casos de conflitos resultantes de falhas de comunicação e equívocos de percepção acerca das intenções

alheias. Daí a importância que os Estados se valham de iniciativas como esta para comunicar de maneira eficaz suas intenções, conferindo transparência às políticas de defesa e reduzindo o risco de conflitos indesejados.

O Livro Branco de Defesa Nacional foi elaborado também com o objetivo de fortalecer a cooperação com os países da América do Sul. Poderá, nesse sentido, ser um instrumento para fomentar o estabelecimento de uma comunidade de paz e segurança no entorno sul-americano que possibilite a opção por soluções pacíficas e a consequente eliminação de hipótese de guerra. Para além desse esforço, buscamos demonstrar aos países de fora da região que a nossa defesa possui caráter essencialmente dissuasório e está organizada para evitar que o Brasil sofra ameaças. Procuramos descrever de maneira fundamentada que defesa não é delegável e que devemos estar preparados para combater qualquer agressão.

Hoje, temas relacionados com a Defesa Nacional devem envolver o conjunto da sociedade brasileira. Desde o advento da Estratégia Nacional de Defesa as políticas públicas que lhe dizem respeito devem ser definidas de forma concertada. Ao incorporar em sua essência a ideia de que as decisões de paz e guerra não estão destacadas da soberania popular, o Livro Branco permitirá o tratamento democrático



dos assuntos de defesa. A Política de Defesa responde aos interesses da sociedade e do Estado. O esforço de criação e revisão dos documentos legais no campo da defesa nacional, inclusive do Livro Branco de Defesa, contribuirá para estreitar ainda mais esse vínculo.

A redação do Livro Branco constitui instrumento útil para aprofundar o entendimento que as lideranças civis têm acerca da Defesa Nacional no presente e no futuro. Em um período no qual o cenário estratégico mundial se transforma tão profunda e aceleradamente, o diálogo entre os diversos setores ganha relevância.

A tarefa de elaborar o Livro Branco não foi desenvolvida dentro dos escritórios do Ministério da Defesa. Buscou-se a participação da sociedade na reflexão e no debate dos temas que aqui são desenvolvidos. A realização de Oficinas Temáticas, Seminários e Mesas-redondas contou com a participação de civis e militares, brasileiros e estrangei-

ros, e levou a discussão das questões da defesa brasileira para as cinco regiões do País. Essas contribuições foram de grande valia, e deixo registrado os nossos agradecimentos a todos os que tomaram parte nessas discussões.

Além de aportar transparência – interna e externa – aos critérios de emprego de nossas Forças Armadas, a preparação deste documento foi relevante para o aprofundamento do acervo de conhecimentos da sociedade sobre a temática militar.

Espero que esta iniciativa sirva também como um convite ao engajamento nas discussões relacionadas à Defesa Nacional. Apenas com o atento acompanhamento da sociedade, e com sua contribuição indispensável, a Política Nacional de Defesa estará à altura do País cada vez mais forte, justo e democrático que desejamos construir.

Celso Amorim

CAPÍTULOS	SEÇÕES			
<p><b>CAPÍTULO UM</b> O Estado brasileiro e a Defesa Nacional</p>	PRINCÍPIOS BÁSICOS DO ESTADO	TERRITÓRIO	POPULAÇÃO	DEFESA NACIONAL
<p><b>CAPÍTULO DOIS</b> O ambiente estratégico do século XXI</p>	CONTEXUALIZAÇÃO DO AMBIENTE ESTRATÉGICO		TRATADOS E REGIMES INTERNACIONAIS COM REFLEXO PARA A DEFESA	POLÍTICAS EXTERNA E DE DEFESA
<p><b>CAPÍTULO TRÊS</b> A Defesa e o Instrumento Militar</p>	<b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b>			
	MARINHA DO BRASIL	EXÉRCITO BRASILEIRO		FORÇA AÉREA BRASILEIRA
	PRINCÍPIOS GERAIS DE EMPREGO DO INSTRUMENTO MILITAR		EXEMPLOS DE EMPREGO CONTEMPORÂNEO DO INSTRUMENTO MILITAR	
<p><b>CAPÍTULO QUATRO</b> Defesa e sociedade</p>	PROGRAMAS SOCIAIS DA DEFESA	AÇÕES SUBSIDIÁRIAS E COMPLEMENTARES	RELAÇÃO DA DEFESA COM OS PODERES CONSTITUÍDOS	A DEFESA E OS DIREITOS HUMANOS
	A DEFESA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	A DEFESA E A ACADEMIA	PESSOAL CIVIL NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA	A DEFESA E O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
<p><b>CAPÍTULO CINCO</b> A Transformação da Defesa</p>	PLANO DE ARTICULAÇÃO E EQUIPAMENTO DE DEFESA		MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	BASE INDUSTRIAL DE DEFESA
<p><b>CAPÍTULO SEIS</b> Economia da Defesa</p>	ORÇAMENTO DA DEFESA		DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM DEFESA	

## Brasília

Na capital do Brasil encontram-se as sedes do Poder Executivo Federal, o Palácio do Planalto; do Poder Legislativo Federal, o Congresso Nacional; bem como da mais alta corte do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal.

A cidade começou a ser construída em 1957, no planalto Central, para concretização de uma política já estabelecida na Constituição Republicana de 1891, que visava a integração nacional e o desenvolvimento do interior. Com projeto urbanístico de Lúcio Costa e arquitetônico de Oscar Niemeyer, a nova capital foi inaugurada em 21 de abril de 1960. No ano de 1987, foi declarada patrimônio cultural da humanidade por seu valor arquitetônico pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO).



PALÁCIO DO PLANALTO

A língua oficial brasileira, o português, é um dos principais fundamentos da identidade nacional e um vetor de transmissão da cultura e das tradições. A música, as artes, a literatura e o esporte são elementos que também colaboraram para o processo de formação da identidade nacional. Esses elementos abarcam características, dizeres e saberes locais, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura própria e diversificada.

## Evolução da população

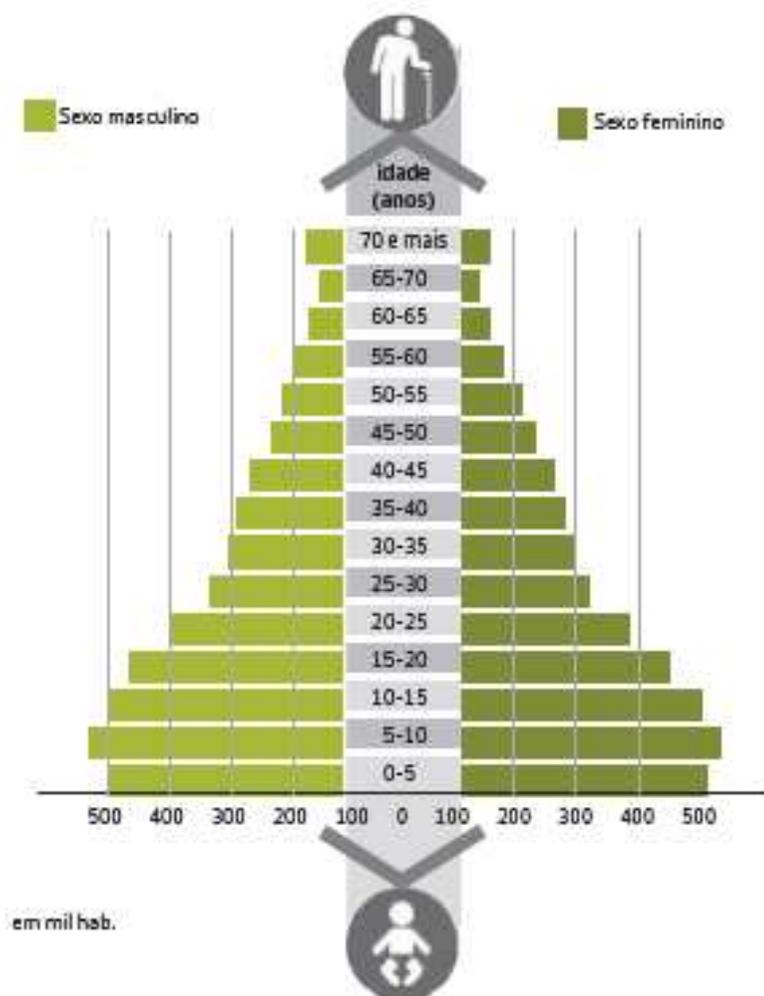
O primeiro censo oficial realizado no País, no ano de 1872, registrou aproximadamente 10 milhões de habitantes. No recenseamento de 2010, foram contabilizados, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 191 milhões.

A **população do Brasil** praticamente decuplicou ao longo do século XX, evidenciando um intenso ritmo de crescimento que colocou o País como o quinto mais populoso do mundo.

Durante a maior parte da segunda metade do século XX, época em que foi mais intenso o crescimento populacional, a pirâmide demográfica caracterizava-se por um grande alargamento da base e significativo estreitamento no topo, indicativos de uma grande população jovem economicamente dependente.

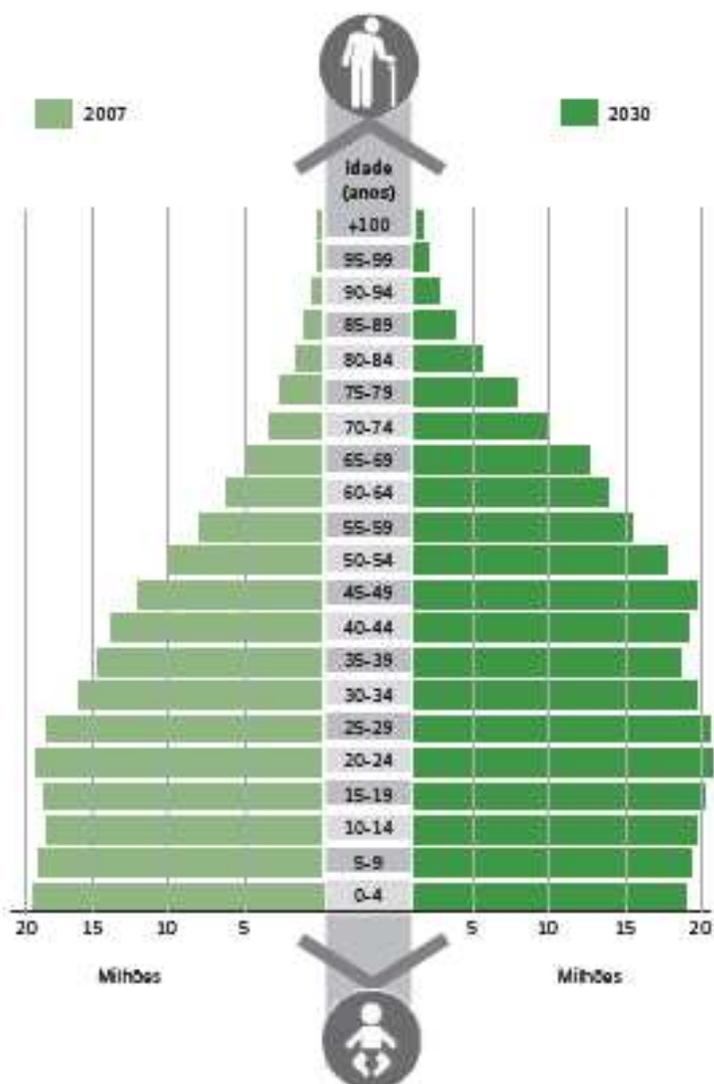
A configuração da atual pirâmide demográfica sinaliza a diminuição dessa população economicamente dependente, o que significa, na prática, que o Brasil vive um momento chamado de "bônus demográfico" ou "janela de oportunidade". Trata-se de um período de transição demográfica em que a fecundidade já se encontra em patamares inferiores, a população ainda não apresenta envelhecimento expressivo ao passo que se registra aumento da camada eco-

## Pirâmide etária do Brasil 1970



Fonte: IBGE. Censo demográfico 1970.

## Pirâmide etária do Brasil 2007 e 2030



Fontes: IBGE e Nações Unidas.

## O ambiente estratégico do século XXI

*"Se o Brasil se abre para o mundo, o mundo se volta para o Brasil. Essa dinâmica é portadora de esperança, mas também de novas e grandiosas responsabilidades, que as Forças Armadas saberão cumprir."*

Presidenta Dilma Rousseff  
Brasília, 5 de abril de 2011

NAVIÓ AERÓDROMO SÃO PAULO





A SEPROD normaliza e supervisiona as ações relativas ao controle das importações e exportações de produtos de defesa, e representa o Ministério da Defesa perante outros ministérios, em fóruns nacionais e internacionais que envolvam produtos de defesa e nos assuntos ligados a ciência, tecnologia e inovação.

Atua junto ao Governo Federal para estabelecer normas especiais de incentivo à indústria de defesa, no tocante a compras de produtos e contratações, de modo a promover seu desenvolvimento e fomentar<sup>28</sup> maior competitividade no mercado internacional.

Trabalha, ainda, na supervisão e fomento das atividades de tecnologia industrial básica de interesse comum das Forças Armadas; supervisiona as atividades de ciência, tecnologia e inovação que visem ao desenvolvimento e à industrialização de novos produtos de defesa e supervisiona as atividades de obtenção de informações de tecnologia militar e do Sistema Militar de Catalogação — o SisMiCat.

#### Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM)

O CENSIPAM foi criado em 2002. Em janeiro de 2011 foi transferido para a esfera organizacional do Ministério da Defesa, com *status* de secretaria. Entre outras atribuições, compete ao CENSIPAM: propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Em articulação com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, o Centro promove a ativação gradual e estruturada do SIPAM, e desenvolve ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM.

#### Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)

É uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações técnicas, formada por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregada de integrar e gerar informações atualizadas para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, à inclusão e ao desenvolvimento sustentável da região.

#### Educação no âmbito da Defesa

O Ministério da Defesa participa no processo educacional através das instituições diretamente subordinadas: Escola Superior de Guerra (ESG), Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas (IDOC), Instituto Pandiá Calógeras (IPC)<sup>29</sup> e Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

Nas Forças Armadas, a educação de defesa se inicia nas escolas militares, cujos currículos passaram por um processo recente de adequação ao novo contexto de segurança e defesa ditadas pelas conjunturas nacional e internacional. Os integrantes do setor de Defesa devem ser educados, desde a formação inicial, com a perspectiva de atuação conjunta — de forma competente e cooperativa.

#### Escola Superior de Guerra (ESG)

A **ESG** foi criada em 1949 com a finalidade de desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de asses-

NATUREZA DOS CURSOS	NÍVEIS	MINISTÉRIO DA DEFESA	MARINHA	EXÉRCITO	FORÇA AÉREA
Formação	Graduação	—————	Escola Naval (EN)	Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	Academia da Força Aérea (AFA)
				Instituto Militar de Engenharia (IME)	Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA)
	Complementar		Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW)	Escola de Saúde do Exército (EsSEx)	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR)
				Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx)	
Especialização	Pós-graduação	Escola Superior de Guerra (ESG) — CEMC, CSIE, CLMN, CSUPE	Escolas, Centros de Instrução, Organizações de Saúde e outras Organizações Militares no âmbito das três Forças Armadas.		
Aperfeiçoamento		—————	Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW)	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR)
Comando e Estado-Maior		—————	Escola de Guerra Naval (EGN)	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR)
					Universidade da Força Aérea (UNIFA)
Política e Estratégia		Escola Superior de Guerra (ESG) — CAEPE	Escola de Guerra Naval (EGN)	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR)
					Universidade da Força Aérea (UNIFA)
Área científico-tecnológica	—————	—————	Instituto Militar de Engenharia (IME)	Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA)	

Sob a coordenação do Exército, significativos avanços têm se concretizado na capacitação de pessoal especializado e no desenvolvimento de soluções de elevado nível tecnológico. Assim, foram estabelecidas as seguintes premissas para o projeto:

- contemplar multidisciplinaridade e dualidade das aplicações;
- fomentar a base industrial de defesa;
- induzir a indústria nacional a produzir sistemas inovadores; e
- produzir componentes críticos nacionais.

O Centro de Defesa Cibernética do Exército vem somar esforços com as organizações governamentais já existentes, e busca:

- melhoria da capacitação dos recursos humanos;
- atualização doutrinária;
- fortalecimento da segurança;
- respostas a incidentes de redes;
- incorporação de lições aprendidas; e
- proteção contra ataques cibernéticos.

#### O Setor Espacial

Os projetos espaciais visam ao desenvolvimento científico-tecnológico, fortalecendo o poder aeroespacial brasileiro, a pesquisa científica, a inovação, as operações nacionais de lançamentos e os serviços tecnológicos em sistemas aeronáuticos, espaciais e de defesa.

O Veículo Lançador de Satélite (VLS) é o principal projeto espacial e requer maior quantidade de investimentos. O Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), integrante do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), vem desenvolvendo, desde 1966, uma família de

Foto	Veículo	Satélite
	VLS-1V1	SCD-2A
	VLS-1V2	SACI 2
	VLS-1V3	SATEC

#### OPERAÇÃO DE VEÍCULOS LANÇADORES DE SATÉLITE

foguetes de sondagem da série Sonda. O aperfeiçoamento crescente da tecnologia espacial permitiu o desenvolvimento do VLS, sendo o primeiro estágio constituído de quatro propulsores iguais, do tipo S-43. Esses dispositivos, que operam simultaneamente, são similares ao primeiro estágio do foguete Sonda IV, pertencente à última série da

família Sonda. Além dele, outros produtos espaciais foram desenvolvidos pela indústria nacional ou em cooperação com a internacional.

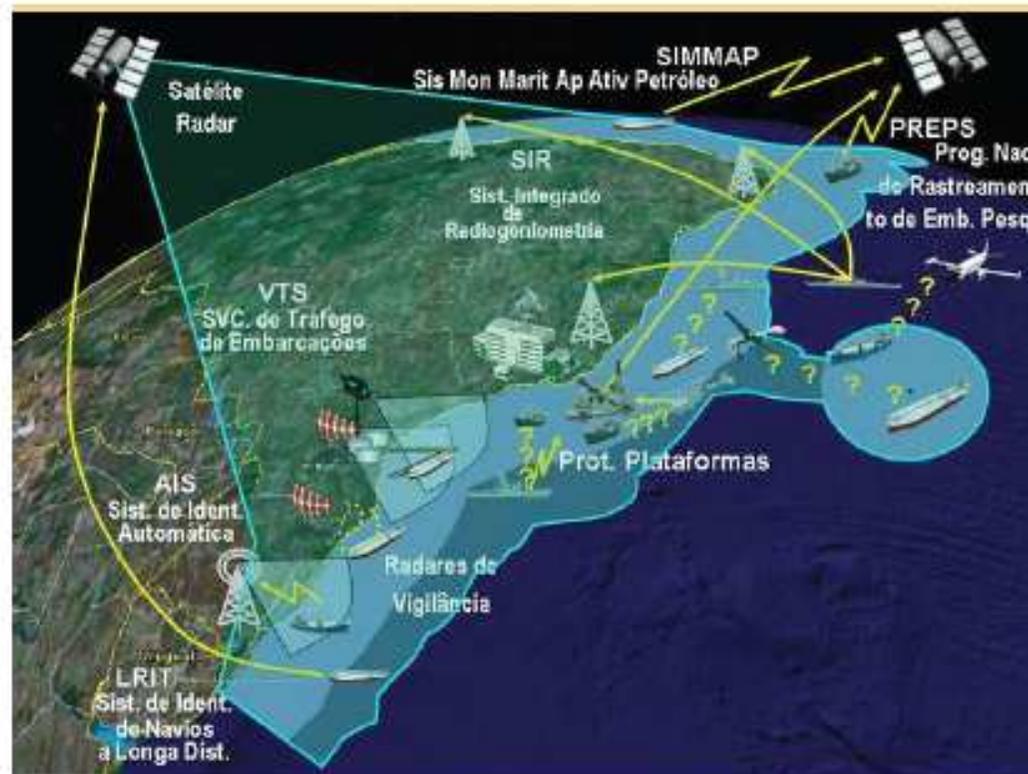
O **Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)** é uma organização do Comando da Aeronáutica, subordinada ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Atua nas missões de lançamento e rastreo de engenhos aeroespaciais, assim como na coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, incluindo testes e experimentos científicos de interesse da Aeronáutica, relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Aeroespacial.

Todas as atividades exercidas pelo CLA decorrem de projetos e programas previamente aprovados em diretrizes governamentais. Além de operações de lançamentos, são também realizadas manutenção e atualização de equipagens, aperfeiçoamento e treinamento de técnicos e engenheiros, bem como modernização de sistemas voltados para atividades espaciais. Complementarmente, são realizados testes em artefatos aeroespaciais nacionais, ensaios e instrumentação de meios embarcados, bem como a constante aferição do complexo operacional instalado.

O CLA participa, ainda, como estação remota para atividades conjuntas de rastreo nas operações de lançamentos suborbitais, coordenadas pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), localizado em Natal (RN), e em parceria com o Centro Espacial Guianês (CSG), em Kourou, Guiana Francesa, do Consórcio Europeu ESA.

### Sistemas de monitoramento e controle

O Sistema Brasileiro de Vigilância (SISBRAV) é um sistema em fase de planejamento que fará a integração de todos os sistemas de monitoramento e controle detalhados a seguir.



SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL (SISGAAZ)

### Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)

O SisGAAz foi concebido para ser um sistema de monitoramento e controle relacionado ao conceito internacional de segurança marítima e para a proteção do litoral brasileiro. Foi projetado para se tornar o principal sistema de comando e controle da Marinha e prevê a gestão das atividades ligadas ao mar que envolvam vigilância, monitoramento, prevenção da poluição, recursos naturais, entre outras.

Designação da classe do navio	Tipo Quantidade	Nome dos navios da classe	Foto
Greenhalgh	Fragata 3	F-46 Greenhalgh F-48 Bosisio F-49 Rademaker	
Inhaúma	Corveta 4	V-30 Inhaúma V-31 Jaceguai V-32 Júlio de Noronha V-33 Frontin	
Barroso	Corveta 1	V-34 Barroso	
Tupi	Submarino 4	S-30 Tupi S-31 Tamoio S-32 Timbira S-33 Tapajó	

Designação	Tipo	Quantidade	Foto
M-41B/C	Veículos blindados	112	 A photograph of an M-41B/C tank, a light tank used by the Brazilian Army, shown in a field.
EE-9 Cascavel	Veículos blindados	409	 A photograph of an EE-9 Cascavel armored car, a four-wheeled armored vehicle used by the Brazilian Army.
EE-11 Urutu	Veículos blindados	213	 A photograph of an EE-11 Urutu armored car, a four-wheeled armored vehicle used by the Brazilian Army, shown in a field.
M113BR	Veículos blindados	584	 A photograph of an M113BR armored personnel carrier, a tracked vehicle used by the Brazilian Army, shown in a field.

Designação	Tipo	Quantidade	Foto
F-2000 B/C Mirage 2000	Avião de caça interceptador  * Desativação prevista para 31 de dezembro de 2013, com substituição pelo Projeto FX-2	12*	
F-5 EM/FM Tiger II	Avião de caça multimiçsão	57	
H-1H	Helicóptero de transporte, busca e resgate  * Previsão de desativação de frota nos próximos 5 anos.	24*	
H-34 Puma	Helicóptero de transporte, busca e resgate  * Previsão de desativação da frota nos próximos 5 anos.	10*	



12 34 52 74 39 81 04 00 12 39 79 35 75 12 83 45 56 72 01 29



PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF CUMPRIMENTA, NA BASE AÉREA DE BRASÍLIA, CRIANÇAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE



UNIVERSITÁRIOS DO PROJETO RONDON NO APOIO À POPULAÇÃO AMAZÔNICA

## Programa Forças no Esporte

O **Programa Forças no Esporte**, desenvolvido pelo Ministério da Defesa juntamente com outros órgãos, tem como objetivo geral promover a integração social por meio da prática esportiva. Entre as atividades previstas destacam-se: o reforço escolar, a prevenção de doenças e orientações educacionais de caráter geral. Os esforços se concentram em inclusão social, valorização da cidadania, inserção no trabalho e atividades físicas, esportivas e de lazer.

Atualmente, são beneficiados aproximadamente 12 mil crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos. As Forças Armadas disponibilizam infraestrutura, serviço médico, odontológico e de assistência social, coordenadores, transporte e monitores das organizações militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea. O Ministério do Esporte é responsável pelo material esportivo e pelo pagamento de professores e estagiários; o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome responde pela alimentação, e o Ministério da Educação pelo fornecimento de material educacional.

## O Projeto Rondon

O **Projeto Rondon**, conduzido pelo Ministério da Defesa, tem por objetivo viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento local sustentável e de fortalecimento da cidadania nos municípios brasileiros. Foi criado em 1967, fruto de um trabalho de sociologia realizado com alunos da Universidade do então estado da Guanabara e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

a participação efetiva da sociedade brasileira, por intermédio do meio acadêmico e de institutos e entidades ligados aos assuntos estratégicos de defesa. O Instituto Pandiá Calógeras, instituição de caráter civil, terá como missão principal o aprofundamento das relações com o mundo acadêmico.

Destacamos, a seguir, algumas iniciativas do Ministério da Defesa para aprimorar a pesquisa na área de Defesa.

### O Programa Pró-Defesa

Com vistas a contribuir para o desenvolvimento dessas atividades acadêmicas, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Ministério da Defesa associaram-se no lançamento, em 2005, do **Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional** (Pró-Defesa). São os seguintes objetivos do Pró-Defesa:

- implantar redes de cooperação acadêmica no País na área de Defesa Nacional;
- formar recursos humanos em nível de pós-graduação *stricto-sensu*;
- promover o intercâmbio de conhecimentos na comunidade acadêmica brasileira;
- estimular parcerias entre instituições de ensino superior, centros de estudos estratégicos e instituições militares de ensino e pesquisa; e
- promover o diálogo entre especialistas, civis e militares, acerca de assuntos atinentes à Defesa Nacional.

PRÓ-DEFESA	Edital I — 2005 (2006 — 2010)	Edital II — 2008 (2008 — 2012)
Projetos inscritos / selecionados	42 / 11	23 / 16
Instituições civis	15	25
Instituições militares	10	18
Formação de Recursos Humanos	15 doutores 44 mestres	15 doutores 30 mestres (previsão)

Fonte: Ministério da Defesa.

### Centros de estudos de política e estratégia

Além dos centros de estudos civis que tratam dos temas político-estratégicos, o Ministério da Defesa possui diversos centros de estudos:

- Centro de Estudos da Escola Superior de Guerra;
- Centro de Estudo Político-Estratégico da Escola de Guerra Naval;
- Centro de Estudos do Corpo de Fuzileiros Navais;
- Centro de Estudos Estratégicos do Exército;
- Centro de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; e
- Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea.

Esses centros contribuem para a sinergia entre a Defesa, o meio acadêmico e outros setores da sociedade por meio de cursos, simpósios, conferências, seminários, congressos e outras atividades relacionadas a temas da Defesa Nacional.

O conceito de transformação no campo da defesa surgiu na década de 1970, a partir da discussão sobre evolução em assuntos militares (EAM) e revolução em assuntos militares (RAM), que apontou para a necessidade de, periodicamente, romper paradigmas. Ao propiciar uma melhor compreensão das limitações das teorias correntes, a transformação muda padrões de pensamento, gera novas capacidades e conceitos. Possibilita responder de forma inovadora a desafios inesperados. Ao desenvolver competências, permite cumprir novas tarefas e desempenhar modernas funções em combate.

A efetividade de um processo de transformação é proporcional à capacidade de aquisição e aplicação de tecnologia de ponta nas fases de pesquisa e desenvolvimento de novos sistemas de armas e plataformas. Como pode ser observado nos vários exemplos disponíveis, esse processo é de longa duração, podendo estender-se por 20 anos ou mais.

As mudanças demandam o desenvolvimento de novas doutrinas de emprego das tropas, com o objetivo de tornar as forças militares mais aptas a atuar em ambiente operacional multifacetado.

No caso do Brasil, a transformação da defesa, além de possibilitar maior capacitação de suas Forças Armadas, criará uma gama de oportunidades para o crescimento econômico. Isso ocorrerá por meio de três vertentes:

- Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED);
- modernização da gestão; e
- reorganização da Base Industrial de Defesa.



MAQUETE VIRTUAL DO ESTALEIRO/BASE DE SUBMARINOS EM ITAGUAÍ

## PLANO DE ARTICULAÇÃO E EQUIPAMENTO DE DEFESA (PAED)

O PAED consubstancia, de forma coerente, os projetos estratégicos das Forças Armadas que visam a atender às demandas por novas capacidades da Defesa.

Os projetos do PAED, tanto os de articulação no território nacional quanto os de aquisição de equipamentos, necessitam de recursos orçamentários específicos para serem viabilizados. Para tanto, os projetos deverão integrar a estrutura programática orçamentária dos

# QUADRO DOS PROJETOS PRIORITÁRIOS DO EXÉRCITO



## Exército Prioridades

1 - Recuperação da Capacidade Operacional



2 - Defesa Cibernética



3 - GUARANI



4 - SISFRON



5 - PROTEGER



6 - Defesa Antiaérea



7 - ASTROS 2020





DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DA AERONAVE KC-390

- otimizar o atendimento do Serviço de Saúde e os programas Assistenciais da Aeronáutica.

### 9. Modernização dos Sistemas de Formação e Pós-Formação de Recursos Humanos

O incremento do efetivo de militares na Força Aérea demandará um aumento no quantitativo de pessoal a ser formado nas escolas militares. Faz-se necessário, assim, que estas estejam adequadamente preparadas para as atividades de ensino e de apoio, assegurando, de maneira eficiente, um alto nível de formação, qualificação e habilitação dos recursos humanos do COMAER.

Entre as ações previstas ressalta-se a ampliação da infraestrutura de ensino e a criação de instalações para treinamento de pilotos frente ao ambiente fisiológico hostil da cabine de uma aeronave de combate.

### Previsão de conclusão dos projetos e valor global estimado

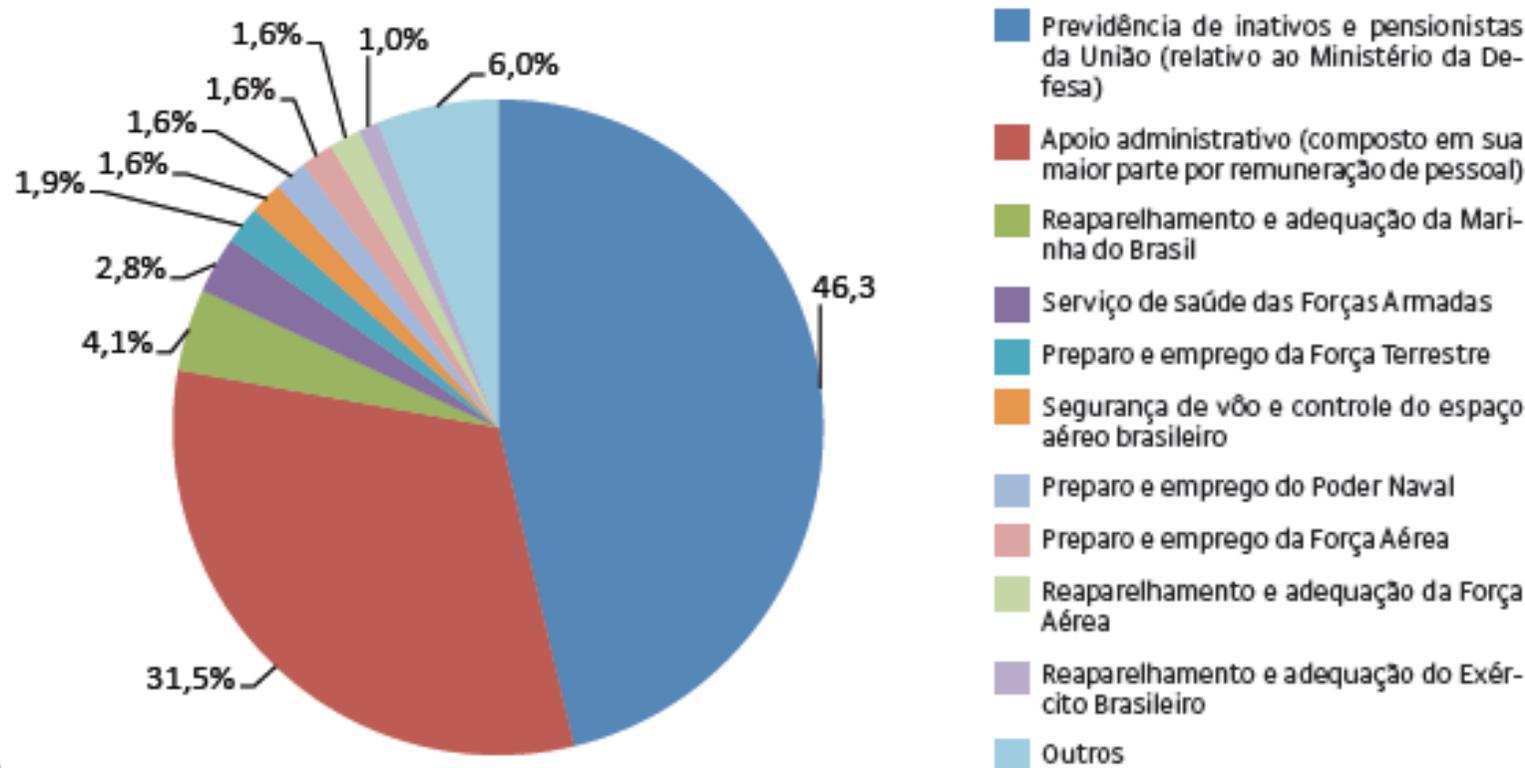
Projetos	Período previsto*	Valor Global Estimado até 2031 (em R\$ milhões)
1. Gestão Organizacional e Operacional do Comando da Aeronáutica	2010 — 2030	5.689,00
2. Recuperação da Capacidade Operacional	2009 — 2019	5.546,70
3. Controle do Espaço Aéreo	2008 — 2030	938,30
4. Capacitação Operacional da FAB	2009 — 2033	55.121,00
5. Capacitação Científico-Tecnológica da Aeronáutica	2008 — 2033	49.923,90
6. Fortalecimento da Indústria Aeroespacial e de Defesa Brasileira	2009 — 2030	11.370,20
7. Desenvolvimento e Construção de Engenheiros Aeroespaciais	2015 — 2030	A ser determinado pelo PNAE
8. Apoio aos Militares e Civis do Comando da Aeronáutica	2010 — 2030	3.229,60
9. Modernização dos Sistemas de Formação e Pós-Formação de Recursos Humanos	2010 — 2028	352,00

\* Observa-se que alguns projetos, por sua complexidade, excedem o período programado para o PAED, outros já se encontravam em andamento antes da implantação do PAED. Valores dependem de aprovação do governo federal.

Para atender aos programas estratégicos prioritários estabelecidos pela Força Aérea em seu Plano de Articulação e Equipamento, haverá a necessidade de um aumento de efetivo do pessoal militar e civil, em um espaço temporal de 20 anos.

Atualmente o efetivo autorizado para a Força Aérea, pela Lei nº 11.320, de 2006, e posteriores alterações, é de 80.937 militares. Estu-

### Programas Orçamentários do Ministério da Defesa em 2011



Fonte: Senado

## DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM DEFESA

### Âmbito internacional

A comparação entre os dados dos orçamentos de Defesa de diferentes países é útil para se obter uma visão geral de ordem de grandeza e de como são aplicados os recursos financeiros. Há que se considerar, porém, que não há uniformidade das classificações orçamentárias. Um

país pode incluir determinado tipo de gasto em seu orçamento (como, por exemplo, desenvolvimento tecnológico), enquanto outro pode não fazer o mesmo. O Brasil, em particular, inclui gastos com previdência de inativos e pensionistas em seu orçamento de defesa. A exclusão dessas despesas representaria uma redução de 46% no orçamento de 2011 do Ministério da Defesa e valores similares para os anos anteriores.

Nas comparações apresentadas a seguir, as informações sobre os gastos com Defesa tomaram por base dados divulgados pelo Institu-



### LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

- Grupo de Trabalho Interministerial
- Indústria de Defesa
- Orçamento de Defesa
- Legislação de Defesa
- Países com Livro Branco
- Sites de Interesse
- Notícias sobre o Livro Branco



Agora, o debate do painel O Futuro das FFAA. Participe. Envie sua pergunta por email ou pelo twitter.

Palestrantes respondendo a pergunta de Peterson Silva, enviada pelo email do Livro Branco.

Participe!! Não é necessária a presença no auditório para dialogar com os palestrantes. Mandê por email ou twitter e assista ao vivo no site

Asseta agora: a missão de paz no Haiti sob o olhar de um tenente do Exército - a Cav Jorge.

Join the conversation

- Oficinas Temáticas
- Workshop de Defesa
- Seminários



**4º SEMINÁRIO**  
**A Defesa e o Instrumento Militar**  
 "A atuação das Forças Armadas no século XXI: segurança e desenvolvimento."

#### O que é o Livro Branco?

"O Livro Branco de Defesa é material de fundamental importância para um País e um documento-chave de política que oferece a visão do Governo à respeito da defesa" **Saiba mais...**

#### SEMINÁRIOS

**4º Seminário: A Defesa e o Instrumento Militar**  
 Dia 30 de junho em Recife

[Detalhes](#)

[+] [Todos os seminários](#)

**5º Seminário: Transformação da Defesa Nacional**  
 Dia 27 e 28 de julho no Rio de Janeiro

**PND**  
 A Política Nacional de Defesa tem por finalidade estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional

**Apresentação de Trabalhos**  
 Veja aqui o Edital para Apresentação de Trabalhos no 6º Seminário sobre Livro Branco de Defesa Nacional, dias 30 e 31 de Agosto em São Paulo

**END**  
 A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional

**Espaço do Pesquisador**  
 Artigos científicos, teses, dissertações, monografias, trabalhos, notícias de jornal e referências bibliográficas sobre os temas de Defesa

